Racismo, Educação Superior e Formação Antirracista: O ensino de História da África nos cursos de Pedagogia e Licenciaturas da Unicamp.

Beatriz Regina Barbosa - Bolsista PIBIC/CNPQ

Profa. Dra. Ângela Soligo - orientadora - FE

Resumo

O presente trabalho traz problematizações relativas ao (des) cumprimento da Lei 10639/2003, no que tange à Formação Inicial de professoras e professores do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da UNICAMP. A pesquisa tem caráter qualitativo, e se realiza por meio de análise dos documentos oficiais da Faculdade de Educação; procurou-se indícios sobre questões relacionados à temática étnico-racial e ao racismo, de modo a problematizar a (não) presença da discussão dessas questões e de elementos que visam garantir uma formação que contemple a reeducação das relações étnico-raciais no ensino superior, em especial no curso de Pedagogia da Unicamp, bem como as ementas de duas disciplinas em que o ensino de história da África é apresentado como um dos principais objetivos. Os dados apontam a presença dessa discussão apenas nas disciplinas voltadas especificamente a essa temática.

Palavras-chave

Ensino Superior, Formação Inicial de professoras/es, Formação Antirracista, História da África, Racismo

Introdução

A homologação da Lei nº 10.639, em 2003, que obriga a educação básica a incorporar em seu currículo a história e cultura africanas e afro-brasileira (BRASIL, 2003) e culminou com a alteração da LDB de 1996, completa treze anos; entretanto, essa política de ação afirmativa enfrenta resistências em todas as etapas educacionais, desde a educação infantil até o ensino superior. Realizou-se uma pesquisa qualitativa, que utilizou como ferramenta metodológica a análise dos documentos oficiais da Faculdade de Educação, bem como as ementas de disciplinas do curso de Pedagogia, em especial da disciplina eletiva Seminário de Pesquisas em História da África e da disciplina obrigatória oferecida na grade curricular do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH-UNICAMP) de História da África.

Resultados e Discussão

Realizou-se a leitura das ementas e do Projeto Político Pedagógico do curso de Pedagogia, buscando-se as palavras-chave: racismo, diversidade, "raça", África, negritude, preconceito, étnico-raciais, desigualdade, negros, assim como propõe Cardoso (2014). Isso porque, uma vez que é iniciada a discussão sobre o descumprimento dessa lei, é recorrente escutar por parte de docentes que existe um despreparo em relação a referências bibliográficas e elementos que contribuam para sua(s) prática(s) pedagógica(s) e o trabalho com as questões étnico-raciais e o Ensino de História da África e Afro-Brasileira. Constatou-se que o Projeto Pedagógico de Pedagogia faz referência genérica a desigualdades, mas apenas a ementa da disciplina de Seminário de Pesquisa em História da África contempla a lei e a presença de autores e autoras negras que pesquisam a temática étnico-racial. Na disciplina do IFCH se observa a presença de autores e autoras africanos e diaspóricos. Estes elementos permitem-nos compreender que a formação inicial de professoras e professores ainda não está suficientemente contemplada no conjunto das disciplinas de formação, bem como nas referências africanistas, embora já se observem avanços nessa direção. Neste sentido, é imperioso que os Projetos Pedagógicos contemplem as relações étnico-raciais e que se incluam

nas diversas disciplinas não apenas referências de autores que estudam e falam sobre africanidades, mas também dos que as vivem. Faz-se necessário desconstruir estereótipos criados desde a colonização e romper com a historiografia racista, para a garantia do ensino da história da África (WEDDERBURN, 2005).

Conclusões

As referências bibliográficas utilizadas nas disciplinas, a nacionalidade dos e das pesquisadoras e autores dos textos estudados, o pertencimento étnico-racial, entre outras marcas sociais, são elementos fundamentais para a descolonização das ementas das disciplinas, das epistemologias e dos currículos dos cursos. Os Projetos Pedagógicos precisam assumir não apenas a existência das desigualdades, mas nomeá-las e assumir a Educação antirracista. A diversidade de autores, a presença de autores africanos e africanistas, configuram-se como forma de combate aos estereótipos racistas produzidos ao longo da produção do conhecimento Ocidental, marcada pela divulgação e ensino de uma história única, a história do colonizador.

Agradecimentos

À Cássia Regina Barbosa, minha mãe. À minha querida orientadora, Ângela de Fatima Soligo. À todas e todos que de alguma forma contribuíram com o estudo pesquisa e possibilitaram que esta pesquisa fosse realizada. Ao SAE e CNPQ que garantiram as condições para que eu concluísse esta Iniciação Científica.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Parecer CNE/CP n. 3/2004. Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília: Ministério da Educação, 2004. Disponível em: <www.mec.gov.br/cne>. Acesso em: 20 de junho 2016

Brasil. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Inclui na LDB a obrigatoriedade do de inclusão da História da África no currículo oficial da Rede de Ensino. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10639.htm. Acessado em 20 de junho de 2016.

CARDOSO, Ivanilda Amado. A formação de professoras/es para a educação das relações étnico-raciais: Limites e possibilidades no curso da Unesp de Marília (1963-2011). Trabalho de Conclusão de Curso, 2014.

WEDDERBURN, Carlos Moore. Novas bases para o Ensino da História da África no Brasil. In: **Educação Anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/0**. Brasília: MEC-SECAD, 2005, pp. 134-142.